

MOÇÃO

PELA RENACIONALIZAÇÃO DOS CTT

Desde a privatização foram encerradas centenas de Estações dos CTT, 78 delas apenas no ano de 2018. A dimensão da ofensiva que a gestão privada está a levar a cabo é enorme: menos estações de correios; menos 169 trabalhadores, quando comparados com a mesma data do ano anterior; deu-se uma diminuição salarial em termos reais; prosseguimento da destruição de postos de trabalho, constante desde 2012.

Ao manter a privatização, o governo PS agravou a desigualdade entre os portugueses e atingiu os mais velhos, os mais pobres e mais isolados. Lesou os direitos constitucionais das populações.

Neste período, os CTT distribuíram 57 milhões de euros pelos seus accionistas, como a família Champalimaud, grandes bancos europeus ou o fundo Blackrock, um valor que ultrapassa o dobro dos lucros do ano anterior.

Estão já 38 concelhos sem qualquer estação de correios e rapidamente deverão ser 45 e quase meio milhão de pessoas sem serviço de correios, num movimento que está a contribuir para a desertificação do país, mas que não é exclusivo das regiões do Interior, pois mesmo na Área Metropolitana de Lisboa se sucedem os encerramentos ou ameaças de encerramento de estações que são já as únicas dos respetivos municípios.

O PCP já apresentou no passado propostas para a nacionalização da empresa, que foram chumbadas pelo PS, PSD e CDS. Hoje, o próprio PS assume uma "enorme preocupação" com a "degradação dos serviços" dos CTT, ao mesmo tempo que diz que a proposta de renacionalização dos CTT surge "claramente no tempo errado". Ou seja, se por um lado lamenta profundamente a degradação progressiva dos serviços prestados pela empresa CTT, no quadro da concessão de serviço postal, por outro, remete para mais tarde, para o fim da concessão do serviço postal aos CTT, para 2020.


2019 é o ano decisivo para perceber qual é o futuro dos CTT. Retomar o controlo público dos CTT é cada vez mais urgente de forma a impedir uma maior destruição da base material do serviço público postal que, caso contrário, obrigará a um investimento por parte do Estado de centenas de milhões de euros.

Considerando a necessidade do Município pugnar e assumir as diligências possíveis no sentido de salvaguardar os interesses da população, o Grupo Municipal do Partido Comunista Português propõe que a Assembleia Municipal de Lisboa, na sua Sessão Extraordinária de 12 de Fevereiro de 2019, delibere:

1. Reconhecer a importância de uma urgente renacionalização dos CTT;
2. Apelar ao Governo para que com a maior celeridade, torne possível a renacionalização da empresa CTT, dando respostas à realidade no interior do país, às zonas rurais e às zonas mais periféricas das cidades como em Lisboa e concelhos suburbanos;
3. Exortar a Assembleia da República a agir no sentido de possibilitar a renacionalização da empresa CTT;
4. Enviar a presente deliberação:
 - Presidente da Assembleia da República;
 - Grupos Parlamentares da Assembleia da República;

- Primeiro-Ministro;
- Ministro da Economia;
- Comissão Parlamentar de Economia, Inovação e Obras Públicas;
- Comissão Parlamentar de Orçamento, Finanças e Administração Pública;
- CGTP-IN – Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses – Intersindical Nacional;
- Sindicato Nacional dos Trabalhadores do Correios e Telecomunicações;
- Comissão de Trabalhadores dos CTT;
- MUSP – Movimento de Utentes dos Serviços Públicos;
- Câmara Municipal de Lisboa.

Deputado Municipal do PCP (ind)



- Fernando Correia -